

1 **Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte, às nove horas, teve início de modo**  
2 **on-line a terceira reunião extraordinária do Conselho Estadual de Cultura (CONSEC), com**  
3 a presença dos conselheiros: Luciana Casagrande Pereira Ferreira (SECC/PR), Anna Paula  
4 Zetola (FIEP/SIITEP/PR), Allan Gaitarosso (macrorregião Noroeste), Caetano Pires Tossulino  
5 (Manifestações Populares, Tradicionais e Étnicas da Cultura), Caio Julio Cesaro (dirigente  
6 municipal Nordeste), Deivid Carlos Santos Lima (Livro, Leitura e Literatura), Doraci Senger  
7 Luy (dirigente municipal Centro-Sul), Eliane Somacal Gauze (dirigente municipal Sudoeste),  
8 Elietti de Souza Vilela (SECC/PR), Fernando Rohnelt Durante (dirigente municipal Campos  
9 Gerais), Gehad Ismail Hajar (Ópera), Gilmara Gastaldon Piantá (macrorregião Litoral),  
10 Harisson Camargo (dirigente municipal Litoral), Helcio Luiz Wendler Kovaleski  
11 (macrorregião Campos Gerais), James Rios Oliveira Santos (UENP), Joaquim Rodrigues da  
12 Costa (dirigente municipal Oeste), Laércio Lopes de Araújo (SEFA/PR), Leonardo Franceschi  
13 Ferreira (Música), Norbert Heinz (macrorregião Centro-Sul), Pedro Augusto Pereira  
14 Gonçalves (dirigente municipal Curitiba e Região Metropolitana), Rafael Torrente (dirigente  
15 municipal Noroeste), Rosane Kaminski (Audiovisual), Silvio Kurzlop (macrorregião Curitiba  
16 e Região Metropolitana), Solange Straube Stecz (universidades estaduais do Paraná),  
17 Soraya Lucas do Amaral (macrorregião Nordeste), Sthephanie Dahn Batista (universidades  
18 federais do Paraná), Thatianne Andrea da Silva (Artes Visuais). A reunião teve como pautas:  
19 estratégias de implementação das políticas públicas nas macrorregiões; lançamento dos  
20 fascículos de Gestão do Sistema de Cultura; próximos passos para a operacionalização da  
21 Lei Aldir Blanc. O secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura e presidente do  
22 CONSEC não pôde comparecer à reunião em função de compromissos assumidos  
23 anteriormente. A secretária-geral do conselho, Elietti de Souza Vilela, citou a resolução nº  
24 023/2020, que designa Luciana Casagrande Pereira Ferreira, superintendente-geral da  
25 Cultura, para presidir as reuniões do CONSEC nos casos de ausência e/ou impedimentos de  
26 participação do secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura e do diretor-geral  
27 da SECC. Antes da presidente da reunião iniciar a pauta, o conselheiro Helcio pediu a fala  
28 para fazer considerações a respeito da forma como as reuniões estão sendo realizadas;  
29 citou o regimento interno onde consta a necessidade de leitura e aprovação da ata anterior  
30 no início da reunião, que não estão sendo feitas, e também ponderou sobre o tempo das  
31 reuniões não ser suficiente para deliberações, réplicas e tréplicas de todos conselheiros. A  
32 secretária-geral do CONSEC, Elietti, explicou que as atas ainda não foram finalizadas por  
33 conta do aumento da demanda de trabalho. A presidente da reunião, Luciana,  
34 complementou a fala de Elietti lembrando que todas as reuniões são gravadas e que as atas  
35 são feitas a partir da gravação e serão encaminhadas para aprovação. A respeito do tempo  
36 das reuniões, Luciana explicou que a demanda com outras instâncias, além do conselho,  
37 tem aumentado especialmente por conta das medidas emergenciais, e, por questão de  
38 tempo, por enquanto não é possível voltar com as reuniões o dia todo. A conselheira  
39 Rosane reforçou a fala de Helcio comentando que, sem tempo para o conselho deliberar e  
40 refletir sobre as propostas levantadas, a tomada de decisões torna-se arriscada e citou  
41 documento emitido pela secretaria, que faz menção à deliberação do conselho, com o qual  
42 não concorda. A conselheira Soraya questionou o tempo de fala da sociedade civil e  
43 solicitou a desaceleração das reuniões. O conselheiro Leonardo sugeriu que as reuniões  
44 sejam realizadas durante três horas pela manhã e três horas pela tarde. O conselheiro  
45 Joaquim reforçou que a prioridade é a Lei Aldir Blanc e sugeriu que fosse marcado outro  
46 momento para discussão sobre a rotina do conselho, de forma a atender às solicitações da  
47 sociedade civil e das áreas representadas. Luciana disse que as sugestões seriam estudadas

48 e que o tempo das próximas reuniões seria estendido. Em seguida, Luciana fez a  
49 apresentação de algumas informações acerca da Lei Aldir Blanc, como o valor dos repasses  
50 que serão feitos aos municípios; os contatos já realizados e em andamento com outras  
51 entidades para definições de informações e apoio à SECC na execução da lei; algumas  
52 medidas e encaminhamentos que estão sendo tomados pela SECC junto com outras  
53 instituições; os próximos passos para diálogo com os municípios sobre suas atribuições; a  
54 programação dos seminários on-line que serão realizados por macrorregião com os  
55 dirigentes municipais. Após a apresentação, foi aberto para diálogo com os participantes.  
56 O conselheiro Helcio sugeriu uma força-tarefa entre Estado e municípios para a  
57 implantação dos sistemas municipais da cultura onde ele ainda não esteja instituído,  
58 inclusive com a participação de câmaras e de prefeitos dessas cidades, para viabilizar a  
59 implementação; destacando que a lei federal Aldir Blanc tem caráter emergencial e dispõe  
60 sobre o setor cultural, de forma que as legislações municipais e estadual precisem se  
61 adequar à ela. O conselheiro ainda reforçou a necessidade das reuniões serem feitas com  
62 mais tempo para deliberações. Em seguida, o conselheiro Caio sugeriu, caso previsto em  
63 regulamento, a disponibilização das atas em uma plataforma onde os conselheiros  
64 pudessem acessar e editar o arquivo, para a construção do material de forma conjunta.  
65 Caio, em apoio à fala da conselheira Rosane, sugeriu que qualquer menção às decisões do  
66 conselho seja feita apenas depois de aprovada a ata da reunião em que elas ocorreram; e,  
67 a respeito da Lei Aldir Blanc, comentou que o recurso que o Estado e os municípios  
68 receberão é maior do que qualquer valor antes destinado, em igual período, para o  
69 fomento da área, e portanto sua utilização deve ser bem planejada e estruturada para  
70 atender à classe cultural enquanto ainda estiverem sob os efeitos da pandemia, cujo  
71 período deve ser mais longo que o prazo de execução previsto pela lei. A conselheira Doraci  
72 discordou da sugestão dada pelo conselheiro Caio sobre a construção da ata de forma  
73 colaborativa e, sobre as reuniões, pontuou que neste momento a prioridade deve ser dada  
74 às ações da Lei Aldir Blanc para atendimento e auxílio de municípios menores, justificando  
75 que muitos dos quais têm procurado os municípios com áreas de cultura mais estruturadas  
76 para receber orientações a respeito da lei. Em seguida, a conselheira Soraya expôs que tem  
77 sido dada pouca abertura à demanda da sociedade civil, inclusive entre os próprios  
78 conselheiros, pontuando que as políticas públicas de cultura são definidas a partir de  
79 demandas da capital e de outras cidades maiores do Estado, de forma que a preocupa que  
80 a classe cultural do interior não seja atendida. A conselheira questionou a proporção de  
81 sociedade civil e agentes públicos na execução das medidas propostas pela lei. O  
82 conselheiro Joaquim frisou a importância de manter a realização das reuniões do conselho  
83 conforme definido no regulamento; e fez considerações a respeito da Lei Aldir Blanc,  
84 especialmente acerca dos recursos que em um primeiro momento não serão utilizados  
85 pelos municípios e voltarão para o fundo, propondo que sejam pensadas alternativas para  
86 que o recurso seja utilizado em sua totalidade no dispositivo relativo ao fomento. Também  
87 destacou a necessidade de considerar todos os profissionais que atuam na área cultural,  
88 para além daqueles regulamentados, inclusive os informais, para que tenham acesso e  
89 sejam beneficiários da lei. O conselheiro Pedro destacou em sua fala a necessidade de  
90 fortalecimento das instâncias de participação, como conselheiros, sociedade civil,  
91 conferências e fóruns regionais, para a efetividade das políticas públicas; concordou com  
92 os conselheiros sobre o tempo das reuniões ser estendido e fez uma reflexão quanto ao  
93 alcance das medidas a pessoas que não têm acesso à internet e a equipamentos  
94 necessários para as ações on-line propostas amplamente durante o período de isolamento

95 social. O conselheiro também propôs encontrar uma forma do termo de cooperação  
96 técnica, necessário para os municípios utilizarem a plataforma SIC.Cultura, da SECC, ser  
97 firmado de forma flexibilizada e mais ágil nesse momento. Por fim, perguntou o motivo de  
98 ter sido retirada do edital Cultura feita em Casa a pontuação a povos indígenas, pessoas  
99 negras e mulheres. Sobre este questionamento, a presidente da reunião, Luciana, explicou  
100 que a pontuação foi tirada por falta de base legal para ser apresentada como justificativa à  
101 Procuradoria-Geral do Estado, que questionou o item; e enfatizou que a superintendência  
102 está em busca de editais de outros estados que tenham essa classificação para apresentar  
103 à procuradoria e que, se necessário, será publicada lei específica que autorize editais da  
104 área cultural com critérios diferentes para o fortalecimento de políticas afirmativas e  
105 inclusivas. Sobre a sugestão feita pelo conselheiro Caio quanto à produção coletiva das  
106 atas, Luciana explicou não ser possível pois o documento é feito a partir da gravação da  
107 reunião, de forma fiel ao ocorrido. A respeito da sugestão do conselheiro Helcio, de solicitar  
108 apoio e urgência junto às câmaras municipais para a implementação dos sistemas de  
109 cultura, Luciana confirmou que será dado prosseguimento, inclusive junto com a  
110 Assembleia Legislativa, para alinhamento. Luciana também disse que o calendário das  
111 reuniões do conselho será repensado para que tenham duração maior; e também reforçou  
112 que nenhuma deliberação será mencionada antes das atas serem aprovadas. Luciana  
113 concordou com a sugestão do conselheiro Caio de pensar em medidas de fomento  
114 estendidas por mais tempo, e que sugestões devem ser pensadas e apresentadas, mas  
115 lembrou que a medida provisória que impõe um prazo de 120 dias para a execução da lei  
116 pode inviabilizar um planejamento de ações mais longo. Sobre a fala da conselheira Soraya,  
117 Luciana respondeu que o Estado tem buscado atender cada vez mais e melhor as cidades  
118 do interior com as políticas públicas. Em seguida, Luciana precisou ausentar-se para  
119 conceder uma entrevista. A conselheira Soraya expôs aos demais seu descontentamento  
120 em participar da abertura dos seminários on-line como representante de sua macrorregião  
121 sem a presença dos conselheiros representantes das setoriais da sociedade civil, que  
122 também deveriam participar do diálogo com os gestores de suas regiões. A conselheira  
123 Gilmara sugeriu que os conselheiros que tivessem considerações a respeito do assunto as  
124 expressassem para debate ao final da reunião. Elietti destacou que os seminários com os  
125 municípios são eventos técnicos para orientação aos gestores públicos, quanto a ajustes  
126 técnicos, administrativos e jurídicos necessários para o atendimento aos beneficiários e o  
127 alcance da finalidade da lei. A conselheira Soraya reforçou seu posicionamento e perguntou  
128 ao conselheiro Helcio sua opinião. O conselheiro respondeu que a questão dos planos  
129 setoriais deve ser colocada em pauta na reunião ordinária de julho; e questionou a  
130 representatividade nos grupos de trabalho, nos quais alguns conselheiros representam  
131 áreas que não são de suas competências. Elietti solicitou que a pauta da reunião fosse  
132 retomada e que as demandas dos conselheiros fossem apresentadas depois, na presença  
133 da presidente da reunião. Em seguida, Elietti apresentou pesquisa realizada junto aos  
134 municípios sobre os sistemas de cultura, com o objetivo de conhecer a realidade dos  
135 municípios paranaenses em relação à adesão ao Sistema Nacional de Cultura; mapear o  
136 processo de institucionalização dos componentes do sistema municipal de cultura e  
137 compilar informações para, na sequência, traçar estratégias de apoio e assessoramento  
138 visando garantir a construção de um sistema público de cultura. A pesquisa foi realizada  
139 por meio de questionário, sem comprovação documental, e seu resultado apontou que  
140 mais da metade dos municípios do Paraná não têm qualquer componente do sistema  
141 municipal de cultura. De forma a auxiliar os dirigentes na implementação dos sistemas

142 municipais, cuja dificuldade foi expressada por gestores durante as audiências públicas  
143 realizadas no ano anterior, a SECC produziu sete fascículos com orientações básicas sobre  
144 os componentes do sistema e o processo para suas implementações. Elietti fez uma breve  
145 apresentação do conteúdo de cada volume e anunciou a publicação do oitavo fascículo,  
146 com informações básicas sobre a Lei Aldir Blanc. A presidente da reunião, Luciana, retornou  
147 e deu continuidade às considerações dos conselheiros. O conselheiro Laércio reforçou que  
148 o recurso da lei é público, portanto, de direito de todos, e por isso mostrou-se contrário à  
149 ideia de separação entre sociedade civil e governo pois o objetivo é comum, em benefício  
150 da área e dos trabalhadores de cultura. A conselheira Rosane frisou o caráter deliberativo  
151 do conselho e solicitou que as informações apresentadas nas reuniões fossem enviadas aos  
152 conselheiros com antecedência, para análise, de forma que as reuniões focassem na  
153 deliberação. A conselheira também solicitou que fossem votadas na reunião a reivindicação  
154 do conselho do caráter emergencial do momento, visando à desburocratização dos  
155 processos por parte do Estado; e a criação de um edital único, de caráter emergencial, para  
156 todas as áreas artístico-culturais, elaborado de forma a viabilizar a participação das  
157 minorias que não são contempladas nos editais de formatos tradicionais. A conselheira  
158 Elietti explicou que estão sendo pensadas e elaboradas, tanto por parte dos conselheiros  
159 em grupos de trabalho quanto por parte do Estado, alternativas para a desburocratização  
160 dos processos, inclusive com encaminhamentos já feitos à Procuradoria-Geral do Estado.  
161 O conselheiro Norbert destacou que é integrante do grupo de trabalho sobre  
162 cadastramento mas que desconhecia os encaminhamentos apresentados no início da  
163 reunião. O conselheiro Gehad retomou o texto da lei que institui o Conselho Estadual de  
164 Cultura para reforçar seu caráter deliberativo e a necessidade de viabilizar sua participação  
165 nas decisões a respeito da implementação das políticas públicas, solicitando participação  
166 do conselho na regulamentação da Lei Aldir Blanc no Estado. O conselheiro Fernando  
167 demonstrou seu apoio quanto à agilidade com que o trabalho está sendo desenvolvido  
168 visando ao atendimento da Lei Aldir Blanc no prazo e também destacou a importância da  
169 aplicação da totalidade dos recursos destinados ao Paraná. O conselheiro Leonardo  
170 comentou sobre as reuniões dos grupos de trabalho instituídos para a Lei Aldir Blanc,  
171 questionando se têm como finalidade apenas debater propostas ou também deliberar  
172 sobre as medidas que serão tomadas. Destacou a necessidade dos grupos serem  
173 compostos por mais pessoas, inclusive por representantes de minorias como indígenas,  
174 pessoas negras e mulheres, para políticas afirmativas, e sugeriu a elaboração de um plano  
175 de ação, para execução de forma prática, das medidas discutidas em reuniões. A respeito  
176 do diálogo que já vem sendo feito junto à Procuradoria-Geral do Estado, sugeriu que os  
177 conselheiros pudessem participar. O conselheiro disse que o pacote de medida  
178 apresentado é importante, mas não tem caráter de urgência; propôs que a sociedade civil  
179 participe das reuniões do conselho; e solicitou o preenchimento das vacâncias. A  
180 conselheira Solange Stecz reforçou a fala do conselheiro Leonardo quanto ao  
181 fortalecimento da sociedade civil com governo e sugeriu que o conselho participasse das  
182 reuniões com os dirigentes municipais de cultura. Sobre a apresentação feita por Elietti,  
183 retomou estudo feito em 2014 sobre o Plano Estadual de Cultura para comparação com os  
184 dados apresentados na pesquisa atual, e perguntou quantos municípios, entre os que  
185 aderiram ao Sistema Nacional de Cultura, estão em situação regular, e quantos contam  
186 com departamento específico de cultura. Reforçou que aparentemente houve diminuição  
187 desses números, o que aponta um interesse reduzido à área cultural. Colocou-se à  
188 disposição para articulação com as universidades. O conselheiro Caetano comentou que o

189 caráter deliberativo do conselho não tem sido colocado em prática com efetividade e  
190 propôs pensar em alternativas para a participação ativa do conselho, entre elas o  
191 encaminhamento prévio das informações apresentadas, de forma que o tempo da reunião  
192 pudesse ser voltado a deliberações. Finalizadas as falas dos conselheiros, Elietti respondeu  
193 o questionamento feito por Norbert a respeito das reuniões do grupo de trabalho de  
194 cadastramento explicando que ainda não houve chamamento, assim como do GT de  
195 subsídio, pois está em andamento um debate a nível nacional para padronização de  
196 procedimentos administrativos e entendimento jurídico, com criação de um cadastro  
197 único, visando segurança junto aos órgãos de controle; depois dessa etapa, serão feitas as  
198 reuniões do grupo de trabalho com os conselheiros para discussões a respeito da estratégia  
199 operacional que será adotada no Estado. Luciana ressaltou que o grupo de cadastramento  
200 que está se reunindo é a nível estadual, não do conselho. Luciana esclareceu que as  
201 providências que estão sendo demandadas em decorrência da Lei Aldir Blanc estão sendo  
202 tomadas de forma urgente por conta do prazo dos processos e por tratar-se de algo sem  
203 precedentes; e reforçou que as decisões estão sendo tomadas a partir de sugestões dos  
204 conselheiros e todas são apresentadas nas reuniões, de forma que o trabalho está sendo  
205 realizado em conjunto; concordou que as reuniões possam ser realizadas com duração  
206 maior porém destacou que essa medida pode afetar o andamento do trabalho em virtude  
207 do tempo disponível. Concordou com a sugestão feita por Leonardo a respeito de um  
208 cronograma de ações para os grupos de trabalho, e sugeriu que os próprios conselheiros o  
209 fizessem e apresentassem; e também concordou com a proposição da participação da  
210 sociedade civil nas reuniões como ouvintes, exceto nas reuniões que tratem de assuntos  
211 que possam ser considerados como privilégio de informação aos participantes. Explicou  
212 que irá buscar abrir o diálogo entre os procuradores com o grupo de trabalho de fomento  
213 da lei. Sobre o preenchimento das vagas em que há vacância, Elietti explicou que foram  
214 sugeridos os nomes dos conselheiros Soraya e James mas que não houve publicação de  
215 resolução nomeando-os, portanto, os nomes seriam retirados da composição dos grupos,  
216 podendo os conselheiros contribuírem de forma voluntária. O conselheiro Leonardo  
217 justificou que como contribuição não há problema, mas que é contrário à representação  
218 do conselheiro em área que não seja de sua competência. A respeito da solicitação da  
219 conselheira Rosane, quanto à instituição do caráter de emergência ao setor cultural,  
220 Luciana enfatizou que este também é o entendimento da Superintendência-Geral da  
221 Cultura do Paraná. Rosane destacou que sua solicitação visa à flexibilização, reconstrução  
222 e ao alargamento das regras tradicionais que ditam os processos administrativos e dos  
223 editais, pois o momento demanda mais urgência aos procedimentos. O conselheiro Gehad  
224 propôs o encaminhamento de uma moção de apoio para que seja entendida a emergência  
225 do setor cultural. Houve votação para a elaboração da moção, que foi aprovada por  
226 unanimidade pelos conselheiros presentes. O conselheiro Helcio esclareceu seu  
227 entendimento quanto à Lei Aldir Blanc ser urgente e importante, mas destacou que o rito  
228 tradicional da reunião do conselho ainda deve ser realizado; a respeito das vacâncias,  
229 sugeriu votação complementar para preenchimento das vagas; reforçou as falas dos  
230 conselheiros que solicitaram o envio prévio das informações apresentadas nas reuniões;  
231 sugeriu que sejam retomadas as resoluções para as deliberações do conselho; e explicou  
232 que as deliberações dos grupos de trabalho devem ser realizadas em reuniões plenárias do  
233 conselho, pois os grupos não são deliberativos. A conselheira Soraya pontuou que a  
234 comissão das macrorregiões foi formada no ano anterior e com objetivos específicos e que,  
235 portanto, não se caracteriza como um grupo de trabalho sobre a Lei Aldir Blanc; e mostrou-

236 se à favor da unificação entre representantes culturais de todas esferas. Elietti sugeriu  
237 unificar o grupo das regionais e o grupo das áreas para discutir a aplicação do recurso  
238 destinado ao fomento. Houve votação entre os conselheiros presentes. Votaram a favor:  
239 Caio, Deivid, Doraci, Norbert, Gilmara, Soraya, Thatianne, Elietti. Votaram contra: Caetano,  
240 Fernando, Harrison, Helcio, Joaquim, Laercio, Leonardo, Rafael, Luciana. Abstiveram-se:  
241 Gehad, Rosane, Solange Stecz, Stephanie. A partir do resultado da votação, os grupos  
242 permanecerão separados. Sem nada mais a tratar, a reunião foi encerrada e secretariada  
243 por mim, Franciele dos Santos Bernabé Fernandes, que relatei esta ata que segue assinada  
244 por mim e pelos seguintes conselheiros.

Curitiba, 30 de junho de 2020.

Franciele dos Santos Bernabé Fernandes  
**Secretária Executiva do CONSEC – SECC/PR**

Anna Paula Zetola  
FIEP/PR

Allan Gaitarosso  
Macrorregião Noroeste

Caetano Pires Tossulino  
Manifestações Populares, Tradicionais e Étnicas  
da Cultura

Caio Julio Cesaro  
Macrorregião Nordeste

Deivid Carlos Santos Lima  
Livro, Leitura e Literatura

Doraci Senger Luy  
Macrorregião Centro-Sul

Eliane Somacal Gauze  
Macrorregião Sudoeste

Elietti de Souza Vilela  
Secretária-Geral do CONSEC – SECC/PR

Fernando Rohnelt Durante  
Macrorregião Campos Gerais

Gehad Ismail Hajar  
Ópera

Gilmara Gastaldon Piantá  
Macrorregião Litoral

Harrisson Camargo  
Macrorregião Litoral

Helcio Luiz Wendler Kovaleski  
Macrorregião Campos Gerais

James Rios Oliveira Santos  
UENP/PR

Joaquim Rodrigues da Costa  
Macrorregião Oeste

Laércio Lopes de Araújo  
SEFA/PR

Leonardo Franceschi Ferreira  
Música

Luciana Casagrande Pereira Ferreira  
Superintendente-Geral da Cultura – SECC/PR

Norbert Heinz  
Macrorregião Centro-Sul

Pedro Augusto Pereira Gonçalves  
Macrorregião Curitiba e Região  
Metropolitana

Rafael Torrente  
Macrorregião Noroeste

Rosane Kaminski  
Audiovisual

Silvio Kurlzop  
Macrorregião Curitiba e Região Metropolitana

Solange Straube Stecz  
Universidades estaduais do Paraná

Soraya Lucas do Amaral  
Macrorregião Nordeste

Stephanie Dahn Batista  
Universidades federais do Paraná

Thatianne André da Silva  
Artes Visuais



Documento: **7300620203reuniaoextraordinariadoCONSEC.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Franciele dos Santos Bernabé** em 01/06/2021 15:22, **Harrison Moreira de Camargo** em 01/06/2021 16:43, **Luciana Casagrande Pereira Ferreira** em 04/06/2021 15:32, **Caetano Pires Tossulino** em 07/06/2021 15:19, **Laercio Lopes de Araujo** em 07/06/2021 15:26, **Silvio Kurzlop** em 07/06/2021 15:28, **Anna Paula Zetola** em 07/06/2021 17:14, **Solange Straube Stecz** em 08/06/2021 15:44, **Elietti de Souza Vilela** em 09/06/2021 00:21, **Pedro Augusto Pereira Goncalves** em 09/06/2021 12:12, **Leonardo Franceschi Ferreira** em 09/06/2021 13:50, **Gilmara Gastaldon Pianta** em 09/06/2021 17:57, **Rosane Kaminski** em 10/06/2021 13:28, **Deivid Carlos Santos Lima** em 10/06/2021 18:06, **Joaquim Rodrigues da Costa** em 14/06/2021 08:43, **Soraya Amaral** em 14/06/2021 12:55, **Rafael Lucas Torrente** em 14/06/2021 16:35, **Thatianne Andrea da Silva** em 15/06/2021 13:05, **Alan Rogério Gaitarosso** em 16/06/2021 10:56, **Norbert Padilha Heinz** em 06/07/2021 10:30.

Inserido ao protocolo **17.702.262-4** por: **Franciele dos Santos Bernabé** em: 01/06/2021 15:22.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:

**942a7b8a56c8719ec4a00a56816522b7**.